

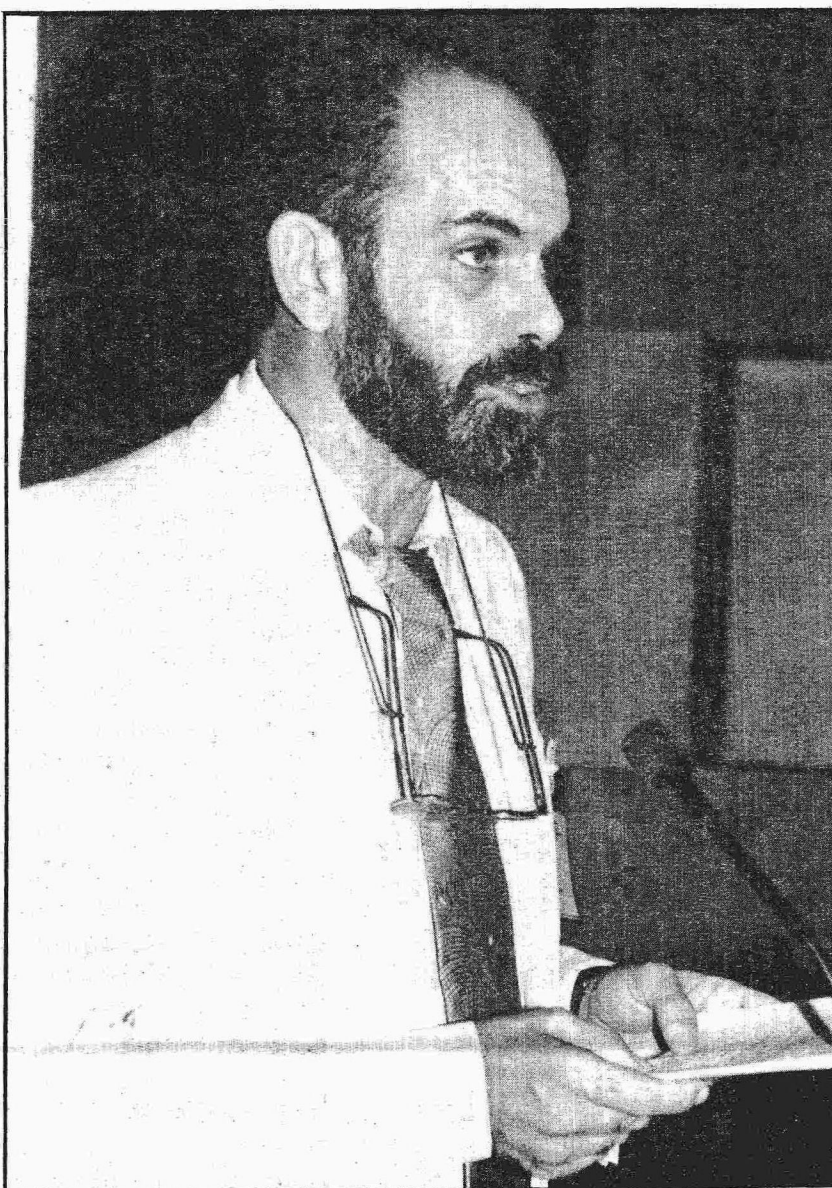
59 Schulte, arrancada para conquistas

Para o coordenador-geral do 2º Congresso dos Comerciantes e diretor de Assuntos Trabalhistas da CNTC, José Carlos Schulte, o encontro marcou a arrancada da categoria rumo à conquista de melhores condições de trabalho e de um salário digno. "Faremos uma grande mobilização nacional nesse sentido", promete o líder trabalhista.

O coordenador explica que no Congresso ficou manifestada a preocupação dos comerciantes com a estagnação da economia e a falta de uma política econômica que realmente venha a resolver a crise. Essa preocupação, observa, se deve ao quadro de desemprego e outras dificuldades que assolam a categoria em todo o País.

"Esperamos que os trabalhadores no comércio façam grandes mobilizações por todo o País para pressionar o Governo Federal a mudar a economia", ressalta Schulte. "É preciso acabar de imediato com o desemprego, a miséria e a fome no País", completa. Para o dirigente trabalhista, o Governo é o responsável por esta situação de estagnação da economia.

Outro ponto que Schulte considera de destaque no Congresso foi a rejeição, pelos dirigentes sindicais dos comerciantes, da proposta "neoliberal" apresentada pelo Ministério do



José Carlos Schulte, coordenador do Congresso

Trabalho em relação às negociações coletivas, de adoção do contrato coletivo de trabalho. Na opinião de Schulte, a proposta, da forma como foi divulgada, prevê o fim da consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943, o que acarretaria a retirada dos direitos mínimos dos trabalhadores, prejudicando sobretudo as categorias menos organizadas.

José Carlos Schulte destaca ainda a questão da proposta de revisão constitucional, também rejeitada pelos participantes do 2º Congresso, da forma como vem sendo divulgada. Para o sindicalista, o que está se propondo, na realidade, é uma autêntica reforma na Constituição, quando ainda faltam cerca de 100 artigos para ser regulamentados.

Em vez da revisão, o Congresso dos Comerciantes propôs que se ocorra apenas a regulamentação dos artigos. "Uma Constituição que ainda não foi regulamentada não pode ter proposta de revisão", pondera Schulte. "Porque ainda não exercitamos essa Constituição, datada de outubro de 1988, portanto com menos de cinco anos de sua aprovação", completa. Para o coordenador do encontro, é necessário que a sociedade brasileira se mobilize e em torno dessa regulamentação.